

A presente pesquisa encontra-se em fase inicial e faz parte do projeto intitulado “Regimes e Repertórios Associativos: oportunidades políticas e organização social no Brasil” sob orientação do Professor Doutor Marcelo Kunrath Silva. Esse estudo visa analisar a relação estabelecida entre a atividade informal exercida pelos vendedores do *Shopping do Porto* localizado em Porto Alegre – RS com as tentativas de regulamentação dessas práticas pelo Estado. O *Shopping do Porto* se caracteriza como local no qual os camelôs regularizados pela Prefeitura atuam desde o ano de 2009. Essa modificação territorial pode ser interpretada como uma tentativa da Administração Pública em controlar e fiscalizar com maior efetividade o comércio informal, além de assemelhar-se com processos de gentrificação. O objetivo do estudo é analisar as tensões entre Estado e vendedores alocados no *Shopping do Porto* a fim de compreender as estratégias de administração adotadas pelo Poder Público e pelos vendedores frente ao novo cenário comercial que apresenta maior fiscalização estatal. As técnicas utilizadas para a consecução do trabalho contam com a observação participante e coleta e análise de conteúdo jornalístico. A interpretação do material levantado aponta para um diálogo frequentemente tensionado entre os atores sociais. As propostas do Poder Público que objetivam formalizar as atividades dos vendedores, reconhecidas pela informalidade, acabam por confrontarem com as antigas práticas, necessidades e expectativas dos comerciantes. A mesma tensão encontra-se quando atividades ilícitas são desempenhadas pelos vendedores no novo local marcado pelo aumento de fiscalização do Estado conflitando com as perspectivas deste. Exemplos de mudanças que acarretaram/acarretam tensões entre os atores sociais em foco são: a proibição da venda de CD's, DVD's e óculos de grau que deixaram, a partir do alojamento no *Shopping do Porto*, de ser tão usuais nas vendas dos comerciantes se comparadas ao período em que trabalhavam nas ruas, assim como o pagamento de aluguéis e condomínio e delimitação de horários de trabalho.